

Diferentes percepções da natureza: As intervenções politécnicas, a fiscalização ambiental e pescadores artesanais na Lagoa Feia¹

Carlos Abraão Moura Valpassos²

José Colaço Dias Neto³

Resumo

Os ecossistemas litorâneos brasileiros foram – principalmente depois de 1940, quando houve a consolidação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) – alvo de uma série de intervenções sanitaristas que, através das técnicas e métodos da engenharia politécnica, pretendiam realizar uma demiúrgica reforma da natureza. Os engenheiros sanitaristas compartilhavam uma visão antropocêntrica do mundo, onde se faziam mister diversas ‘correções da natureza’, com o objetivo de alcançar melhores condições de vida para o homem. A bacia hidrográfica da Lagoa Feia, situada

¹ Este trabalho contou com as preciosas críticas e sugestões do Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello (DAC/IFCS/UFRJ e ICHF/UFF) e do Prof. Dr. Arno Vogel (LESCE/CCH/UENF).

² Sociólogo (UENF) e mestre em Antropologia (PPGA/UFF), pesquisador associado do NUFEP/UFF e do LeMetro/IFCS/UFRJ. E-mail: valpassos@yahoo.com.br.

³ Sociólogo (UENF) e mestrando em Antropologia (PPGA/UFF), pesquisador associado do NUFEP/UFF e do LeMetro/IFCS/UFRJ. E-mail: zenettobr@yahoo.com.br.

ao norte do Estado do Rio de Janeiro, constitui um lócus privilegiado para o entendimento do que foi o processo de saneamento do Brasil. A extinção do DNOS, em 1989, não resultou no fim das intervenções governamentais na Lagoa Feia. Nos últimos anos foi intensificada a atuação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), órgão formalmente responsável por regulamentar questões relativas ao manejo de recursos naturais, cujo principal objetivo é assegurar a preservação do ecossistema. Para isto, uma das principais medidas foi a fiscalização da pesca lacustre e sua consequente proibição nos períodos de reprodução das espécies. Pretendemos neste trabalho apresentar os conflitos oriundos das diferentes concepções de natureza entre os pescadores artesanais da Lagoa Feia, o DNOS e o IBAMA.

Palavras-chave: pesca artesanal, ecossistemas lacustres, políticas públicas, intervenções governamentais, saberes locais, Lagoa Feia.

Abstract

Since 1940, when DNOS (National Department for Sanitation) consolidation took place, Brazilian coast ecosystems have been the target of a series of sanitation interventions that, on the basis of polytechnic engineering techniques and methods, intended to make a demiurgical reform of nature. DNOS sanitation engineers agreed with an anthropocentric view of the world. According to such view several 'corrections' in nature would be necessary for higher standards of living. Located in the north of the State of Rio de Janeiro, the Lagoa Feia Hydrographic Basin constitutes a privileged locus for a clear understanding of what the Brazilian sanitation process was about. The extinction of DNOS in 1989 did not result in the end of governmental interventions in Lagoa Feia. In the last few years, the performance of IBAMA (Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources) was intensified. This agency is responsible for handling natural resources, and its main objective is to ensure the preservation of the environment. For this, one of the main measures was the inspection of fishing activities and its consequent prohibition in the periods of reproduction. In this work we intend to present the conflicts concerning different conceptions of nature.

Key words: small-scale fishery, lacustrine ecosystems, public politics, governmental interventions, local knowledge, Lagoa Feia.

Introdução

A atividade da pesca artesanal tem merecido cada vez mais a atenção de inúmeras áreas de conhecimento acadêmico, científico e tecnológico. Seja por suas características peculiares no quadro das profundas transformações pelas quais vem passando não só o setor primário, mas toda a economia brasileira, seja pelos problemas que derivam de sua coexistência com as estruturas metropolitanas em agressiva expansão, os assentamentos de pescadores artesanais têm permitido uma reflexão sistemática e frutífera sobre as questões suscitadas pelo processo de mudança social (cf. Mello & Vogel 2004).

Pesquisadores ligados a centros de reconhecida excelência no campo das Ciências Sociais – em especial a Antropologia Social – vêm dedicando ao assunto parte substantiva de sua produção acadêmica. O direito costumeiro, o conhecimento naturalístico, as características das estruturas de produção, seus contextos tecnológicos, inclusive no manejo dos ecossistemas, bem como as formas de organização social dos grupos dedicados à atividade, de modo direto ou indireto, são algumas das dimensões sobre as quais se têm concentrado os interesses da pesquisa.

A Baixada Litorânea Fluminense engloba uma grande variedade desses tipos de assentamentos humanos, ocupando cada qual uma posição singular, quer pelos seus modos de inserção nos diferentes ecossistemas, quer pelos tipos de captura a que se dedicam, quer, ainda, pelas variadas formas que assumem as suas relações com as diversas estruturas

que constituem, também, o modo de vida de um de seus importantes recortes regionais: o da Baixada Litorânea do Norte-Fluminense.

Nesta região encontra-se, situada a 35 km da sede do Município de Campos dos Goytacazes, à margem direita do Rio Paraíba do Sul, a bacia hidrográfica da Lagoa Feia, que cobre uma superfície de aproximadamente 2.955 Km².

Este ecossistema abriga uma grande variedade de plantas flutuantes e brejos que proporcionam condições particularmente favoráveis à subsistência de uma fauna igualmente diversificada. Foram registradas na bacia 69 espécies de peixes, sendo que 56 habitam a Lagoa em regime periódico ou integral (cf. Bidegain 2002). Há também uma grande quantidade de espécies marinhas que chegam até a Lagoa através do Canal das Flechas – que realiza a comunicação entre a Lagoa e o oceano – sendo algumas delas de médio porte, como, por exemplo, o robalo e a tainha, que percorrem toda a extensão lacustre.

Na margem setentrional da Lagoa, formou-se uma península onde se fixou o assentamento de pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, sendo este já assinalado na Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro, elaborada, em 1767, por Manoel Vieyra Leitão.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, Ponta Grossa dos Fidalgos é uma comunidade de aproximadamente 1.150 habitantes e a pesca artesanal lacustre configura-se como a mais importante atividade econômica do arraial.

Entre 1939 e 1941, foi empreendida por Luiz de Castro Faria uma etnografia sobre Ponta Grossa dos Fidalgos. Seu trabalho⁵, incompleto e

⁴ O IBGE, no Censo 2000, registra em seu resultado preliminar 1117 habitantes em Ponta Grossa dos Fidalgos.

⁵ O material – que compreende uma grande quantidade de notas de campo e rascunhos; diagramas, desenhos e mapas; textos datilografados; notas bibliográficas

ainda inédito, fazia parte dos primeiros esforços sistemáticos do ambicioso programa de *estudos de comunidade*, e do qual resultaria, nos anos de 1940 e 1950, uma série de publicações relevantes para a antropologia no Brasil, tanto do ponto de vista conceitual, quanto metodológico (cf. Guidi 1961).

Através do material elaborado por Castro Faria e das questões que se apresentaram a nós ao longo de nosso trabalho de campo, pretendemos discutir neste texto o impacto de duas políticas públicas sobre a pesca artesanal praticada na Lagoa Feia. Concentraremos nossas atenções nas obras de saneamento, empreendidas pelo Departamento Nacional de Saneamento, e na regulação e fiscalização dos períodos de pesca, tarefas efetuadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente.

O saneamento e a Lagoa Feia

As contribuições da ‘revolução pasteuriana’, na descoberta de microorganismos, e os avanços da teoria infeccionista, na compreensão dos processos de contágio de doenças, contribuíram para a instauração de uma nova concepção do laço social; pois, a partir de então, percebe-se que os indivíduos ligam-se, também, num plano microscópico, pela ação de vírus e bactérias (Mello & Vogel 2004:131-2).

Essa nova forma de pensar a transmissão das doenças identificou nas águas estagnadas um obstáculo a ser vencido, visto que os meios alagadiços forneciam as condições propícias à proliferação dos mosquitos vetores de doenças endêmicas, tais como a febre amarela, a malária, a peste bubônica, o tifo, etc.

e um acervo fotográfico – encontra-se atualmente no arquivo do MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins).

Para acabar com os focos de tais enfermidades, fazia-se necessária uma batalha contra os pântanos e alagadiços. Tal empreendimento, por sua vez, constituiria uma demiúrgica transformação da natureza.

A confiança depositada nos métodos científicos, capazes de empreender as correções das imperfeições presentes na natureza, sustentava-se sobre o postulado positivista de que todos os problemas poderiam ser resolvidos através do uso da razão: com os cálculos corretos, a técnica adequada e os instrumentos necessários, qualquer problema seria passível de solução (cf. Sombart 1955).

Com as expedições dos cientistas-viajantes ao interior do Brasil, na segunda década do século XX, o que se revelou foi uma série de moléstias que assolavam as populações sertanejas. Em longas expedições, Carlos Chagas, Belisário Penna, e Arthur Neiva percorreram o Brasil documentando uma triste realidade da vida camponesa:

O que revelaram à opinião pública foi o pronunciamento implacável do microscópio: a sífilis, a ancilostomíase, a malária, a febre amarela e a doença de Chagas, cujos efeitos, somados aos da indigência, assolavam a quase totalidade das regiões. (Mello & Vogel 2004:121)

Se existia a preocupação com o estado de enfermidade, no qual se encontrava imerso o povo brasileiro, havia também a certeza de que o problema possuía solução: o saneamento – que passa, desde então, a ser almejado por políticos e intelectuais que acreditavam que, através do combate às águas estagnadas, seria realizado o “resgate das terras perdidas”, o que resultaria no melhoramento da saúde da população e seu conseqüente desenvolvimento econômico.

A substituição das superfícies alagadas por pastos e canaviais significava, nesse contexto, um ganho de espaço economicamente útil, capaz de gerar riquezas para a nação, além de representar um enorme avanço

na luta contra as enfermidades que deterioravam a saúde do povo brasileiro que, enfim, entraria no caminho do progresso.

A ideologia do saneamento consolidou-se apenas com a instauração da República Nova, na década de 1930. No governo de Getúlio Vargas, as propostas do saneamento obtiveram ampla legitimação e serviram de base a uma das principais políticas públicas do Estado Novo (Mello & Vogel 2004: 87).

Determinada a enfrentar o problema da estagnação das águas, a República Nova criou, em 1933, uma Comissão para responsabilizar-se pelo combate aos meios palustres – realizando o dessecamento das terras encharcadas e, também, a colonização das terras conquistadas por este processo.

A Comissão foi, devido ao seu intenso labor e seus conseqüentes resultados, sob a direção de Hildebrando de Araújo Góes, promovida, em 1936, à Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense. O sucesso contínuo desta empreitada fez com que a Diretoria de Saneamento alcançasse uma segunda elevação, desta vez em 1940, sendo transformada em Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS (Ministério das Relações Exteriores 1942:497).

A Baixada Fluminense, em virtude de suas características geológicas, constituía uma enorme área repleta de alagadiços. Situada nos limites imediatos da Capital Federal, foi nesta região que se iniciaram os trabalhos do recém criado DNOS.

As tarefas a serem executadas, com o objetivo de sanear os 17.000 km² da baixada litorânea fluminense, eram múltiplas e complexas. Era preciso recuperar áreas periodicamente alagadas pelas marés; defender outras contra inundações recorrentes; dragar leitos de rios, riachos e córregos; retificar cursos d'água; assegurar a drenagem subterrânea dos alagadiços; construir polders, diques, pontes e via-

duto; e, finalmente, abrir canais, [...] problemas dos mais comuns no litoral norte fluminense. (Mello & Vogel 2004:88)

Na Baixada Campista, durante as cheias de verão, as águas estendiam-se sobre a planície formando perenes brejais. A camada de argila sedimentar, que caracteriza o revestimento da Baixada, dificultava a infiltração das águas, acentuando ainda mais a impetuosidade das cheias. Em função de suas características geológicas, a planície campista configurava-se como um dos principais desafios a ser enfrentado pelo DNOS.

Coube a Próspero Vitalis a direção dos serviços de saneamento em Campos dos Goytacazes e, sob seu comando, diversas lagoas foram transformadas em canaviais ou pastagens. Dentre elas contamos a Lagoa de Saquarema Grande, Saquarema Pequena, Mergulhão, Perú, Cambaíba, Restinga Nova, Bananeiras, Ciprião, Jacaré, Taí Pequeno, Quitunguta, Água Preta, Coqueiros, Aboboreira, Tambor, Sussunga, Colégio e da Concha.

De acordo com o engenheiro:

Admitindo-se um perímetro de 50 quilômetros para a lagoa Feia, que é o que nos fornecem os elementos que temos atualmente em mãos, podemos assegurar que nada menos de 2 mil alqueires geométricos foi a área reconquistada de alagados existentes, pois três quilômetros no mínimo, recuaram as águas neste vastíssimo reservatório que é a lagoa em apreço. (Vitalis *apud* Silva 1955:103)

Além das lagoas anteriormente citadas, houve, ao longo das obras de saneamento promovidas pelo DNOS, o dessecamento de outras, como a Lagoa da Goiaba e a da Ribeira. As lagoas tornaram-se, na maioria dos casos, áreas dedicadas à agropecuária.

O Canal das Flechas

O maior empreendimento realizado pelo DNOS na Lagoa Feia foi a construção do Canal das Flechas. Iniciada em 1942, a obra teve como objetivo facilitar o escoamento das águas da bacia hidrográfica da Lagoa para o oceano. Para isso, foi aberto um canal artificial, com 13 km de extensão por 120 m de largura, que substituiu o sistema natural de escoamento realizado pelos rios da Onça, Novo, do Ingá, do Barro Vermelho e do Furado, que se uniam no Rio Iguaçú⁶.

Os diques do Rio Paraíba do Sul já estavam construídos e conseguiam conter apenas parcialmente as cheias periódicas. Isto, todavia, não anulava os problemas causados pelas inundações. A solução encontrada foi o aproveitamento da declividade natural do relevo do Rio Paraíba até a Lagoa Feia para a construção de canais que escoariam as águas do Paraíba para a Lagoa. A função do Canal das Flechas seria, então, realizar o escoamento das águas da Lagoa para o Oceano.

A abertura do Canal “rebaixou o valor médio das cotas máximas dos níveis de água da lagoa em cerca de 80 cm e também o das cotas médias mínimas em torno de 90 cm” (Bidegain 2002:78), o que levou a uma enorme perda da área lacustre, pois as águas recuaram, deixando grandes extensões de terra secas.

De todos os fatores que contribuíram para a redução do espelho d’água da Lagoa Feia, parece ter sido a construção do Canal das Flechas o mais importante⁷. Esse processo de redução torna-se explícito quando pensamos que, em 1898, Marcelino Ramos da Silva atribuía 370 km² de superfície à Lagoa, enquanto Saturnino de Brito, em 1929, conferia-lhe

⁶ Cabe mencionar aqui que houve, em 1688, a primeira abertura de um canal artificial para o escoamento das águas da Lagoa Feia: o Canal do Furado.

⁷ Comunicação particular do Prof. Dr. Aristides Soffiati.

apenas 335 km², e o mapa elaborado pela ONG Lagoa Viva, juntamente com o CREA-RJ, em 2002, exibia a mesma lagoa reduzida a somente 160 km² (Soffiati s/d: 29-30).

A lagoa Feia foi a maior do Estado do Rio de Janeiro até 1949, data de conclusão do canal da Flecha pelo extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS. Sua superfície superava a da lagoa de Araruama, sendo pouco inferior a da Baía de Guanabara. (Bidegain 2002:11)

Em 1980, o DNOS instalou 14 comportas manobráveis no Canal das Flechas, o que permitiu ao órgão controlar o nível das águas da Lagoa Feia.

O IBAMA e sua Portaria nº. 71

Em 15 de março de 1990, durante o governo do presidente Fernando Collor, o DNOS foi extinto. No ano anterior, por sua vez, foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que se tornou responsável pela “fiscalização, controle, monitoramento e gestão da qualidade ambiental e utilização dos recursos da fauna” (Brasil, MINTER 1989 *apud* Leitão 1997:66).

O IBAMA surgiu a partir da fusão de quatro órgãos diferentes: a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, SUDEPE; o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, IBDF; a Superintendência do Desenvolvimento da Borracha, SUDEVEA e a Secretaria Especial do Meio Ambiente, SEMA (Cf LEITÃO: 1997).

Coube, desde então, ao IBAMA, orientar e disciplinar as atividades de fomento florestal, pesqueiro e de borrachas. O órgão, além de exercer

as funções de cadastramento, assumiu como prerrogativa licenciar, fiscalizar e disciplinar as atividades exploratórias dos recursos hídricos e da fauna silvestre, objetivando sua conservação.

No que tange diretamente ao nosso tema, cabe mencionar a Portaria nº. 71 do IBAMA⁸, onde o período de cema (reprodução da ictiofauna) é estabelecido. Tal portaria proíbe, em seu artigo primeiro e segundo, a captura de espécies aquáticas nos meses de novembro a fevereiro na região Leste, onde se situa a Lagoa Feia. Esta Portaria tem por objetivo:

Art. 1. Estabelecer normas gerais e específicas para o período de proteção à reprodução natural dos peixes (cema) temporada 2003/2004, nas bacias hidrográficas do Leste, nos estados de MG, BA, ES, RJ e SP, excetuando-se das bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Paraná, contempladas por portarias de piracema específicas.

Art. 2. Fixar o período de 1 de novembro de 2003 a 29 de fevereiro de 2004 para o defeso da piracema, nas bacias do Leste.

Desta maneira, é estabelecido um período onde a atividade pesqueira fica proibida (defeso) para que possa ocorrer, de forma plena e não prejudicada pela intervenção do homem, a reprodução das espécies.

O que, já num primeiro olhar, pode ser identificado na Portaria nº. 71 é sua abrangência territorial, que representa uma ampla homogeneização dos ecossistemas, bem como de seus ritmos sazonais locais e de regiões climáticas.

A instituição de um calendário ecológico único, ou seja, de novembro a fevereiro em diversas regiões, já há algum tempo vem ocasionando tensões entre populações haliêuticas e o IBAMA. O problema, que permanece latente durante o período de pesca liberada, manifesta-se

⁸ Portaria N° 71/03-N, de 31 de outubro de 2003.

claramente nos meses da cema. Assim, por inúmeras vezes, o que se apresentou aos etnógrafos foi uma incompatibilidade entre o período de defeso e o período de reprodução da ictiofauna.

No Maranhão⁹, o problema também se apresenta, pois o período de defeso foi estabelecido de forma a coincidir com a época das chuvas e, conseqüentemente, com o início da piracema. Ao longo dos últimos anos, todavia, o período das estações chuvosas sofreu alterações e o defeso, que se inicia em dezembro, muitas vezes coincidiu com uma época onde os campos (principais locais de desova) ainda estavam secos – desse modo, a liberação da atividade pesqueira muitas vezes ocorreu justamente durante o início da piracema.

No caso da Lagoa Feia, a regulamentação oficial tem sido constantemente criticada pelos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, por não levar em consideração seus pontos de vista sobre o funcionamento do ecossistema em questão.

As intervenções governamentais e o ponto de vista dos pescadores

Sendo a pesca historicamente a principal atividade de Ponta Grossa dos Fidalgos, os pescadores possuem um conhecimento refinado sobre a Lagoa Feia e sobre os comportamentos e espécies de peixes. Os conhecimentos sobre a ictiofauna incluem desde o conhecimento sobre os períodos de desova de cada espécie até seus hábitos alimentares. O trabalho etnográfico de Castro Faria assinala a importância desses conhecimentos locais:

⁹ Conforme comunicação pessoal de Alexandre Maciel, analista ambiental do IBAMA.

As épocas de desova e os hábitos alimentares das diferentes espécies representam os conhecimentos biológicos mais importantes. As variações climáticas e as diferenças de constituição do fundo da lagoa, por outro lado, representam os conhecimentos geográficos mais significativos. (Castro Faria [inédito]).

No material de Castro Faria encontra-se um diagrama¹⁰ do calendário ecológico da Lagoa Feia contendo informações relativas aos períodos de pesca, às espécies aquáticas e às condições climáticas, tais como a disposição dos ventos e a temperatura das águas.

O que nos chama a atenção neste diagrama, entretanto, é que o período da cema nele apresentado não corresponde ao defeso proposto pela Portaria nº. 71. Castro Faria assim escreveu em seus textos:

A época de desova é conhecida como tempo de cema. O robalo e a tainha desovam na época da água fria, no período de abril a junho, quando o vento sul sopra com maior intensidade e frequência. Os demais peixes, justamente aqueles que formam a categoria dos chamados peixes pretos, desovam na época da água quente, nos meses de outubro, novembro e dezembro. (ibid.)

Ao compararmos o registro de Castro Faria com os relatos atuais, devemos considerar, evidentemente, as mudanças ocorridas na biogeocenose do ecossistema da Lagoa Feia, recorrentes de processos naturais ou mesmo antrópicos.

De acordo com os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, todavia, o calendário de pesca sistematizado por Castro Faria coincide com o que eles consideram como o 'tempo certo da cema'¹¹.

¹⁰ O diagrama encontra-se em anexo.

¹¹ Dados coletados em trabalho de campo no período de 2002/2005.

Desse modo, o calendário da cema indica a existência de dois períodos diferentes: de abril a junho, para os peixes considerados pelos pescadores locais como ‘brancos’, e de outubro a dezembro, para as espécies designadas como ‘pretas’.

No tempo de desova do robalo e da tainha, consideradas espécies de alto valor comercial, não há suspensão da pesca prevista na Portaria nº. 71, pois este período refere-se aos meses de abril a junho e a portaria cobre apenas os meses de novembro a fevereiro.

A reprodução do robalo e da tainha foi, então, comprometida por ocorrer em um momento calendário onde a atividade pesqueira encontra-se liberada. Além disto, outro fator que vem dificultando a cema destas espécies foi a instalação, efetuada pelo DNOS, de comportas manobráveis no Canal das Flechas, pois estas representam uma verdadeira barreira, de aproximadamente 1 metro de altura, no caminho destes peixes que vem do oceano para desovar nas águas lacustres, no fenômeno conhecido como diadromia.

Robalos e tainhas, portanto, conseguem chegar à Lagoa apenas quando encontram as comportas abertas, o que muitas vezes não coincide com os períodos de reprodução.

Com efeito, a instalação das comportas e a pesca praticada no período da piracema contribuíram consideravelmente para a redução da presença de robalos e tainhas na Lagoa. Antigos pescadores, como São Zé Lisboa (94 anos em 2004, ano em que faleceu) e Amaro Clarindo (92 anos em 2006), mencionaram aos etnógrafos que antes da construção do Canal das Flechas “a Lagoa era melhor, tinha mais fartura. Agora, acabaram com nossa Lagoa”.

Para os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos o DNOS estava transformando a Lagoa em pastos e canaviais, o que para eles poderia ser atestado empiricamente através da perda de cerca de 210 km² da área lacustre. Esta percepção, por sua vez, é reforçada pelas narrativas dos

“antigos” que, quando conversam sobre o assunto, costumam repetir frases como esta de São Amaro Clarindo: “Onde eu pesquei de juquiá hoje tem cana, tem pasto de boi [...]” ou “[...] Já passei de canoa naquelas terras ali”.¹²

Tais palavras expressam um sentimento nostálgico em relação à Lagoa junto a qual e da qual o povoado de Ponta Grossa dos Fidalgos retirou seu sustento ao longo dos últimos séculos.

A enumeração das fazendas, que em tempos pretéritos foram cobertas pelas águas, constitui uma maneira nativa de tentar fazer com que os etnógrafos captem a escala das transformações do ecossistema. E são muitos os pescadores que se dedicam a essa “prática arqueológica” de apresentação de uma geografia fantástica, trabalhando “a memória em exercícios nostálgicos de inventariação” dos lugares onde antes pescavam ou navegavam com suas canoas. Dessa forma, os pescadores conseguem manifestar “um saber que não encontra mais vestígios onde apoiar-se” (Vogel & Mello 1985:21), um conhecimento possuído apenas por aqueles que viveram e recordam a Lagoa Feia do “tempo dos antigos, do tempo das canoas”.

Como as obras sanitaristas visavam o desenvolvimento econômico, e a agropecuária era considerada a principal atividade regional, o aumento das áreas dedicadas a este setor constituía um dos objetivos do DNOS. Desse modo, este órgão incentivava e colaborava para que os fazendeiros locais ampliassem suas propriedades, o que era feito através da construção de diques que evitavam a inundação dos pastos e lavouras nos períodos chuvosos¹³.

¹² Entrevista realizada no dia 20 de março de 2003.

¹³ Aristides Soffiati (1995) menciona que o DNOS estimulava as anexações de áreas lacustres, chegando até a distribuir uma cartilha sobre a construção de diques.

Estes diques ocasionaram o represamento da água lagunar e levaram à extinção de uma parte substantiva da área marginal da Lagoa, onde antes acontecia uma redução progressiva de sua profundidade. Houve, pois, uma reconfiguração do desenho lacustre, que deixou de ter o aspecto de um prato “raso” e adotou a aparência de um prato “fundo”, nas palavras dos pescadores.

A ação dos fazendeiros, em consonância com a política sanitária, teve profundas implicações sobre a pesca artesanal, pois eles contribuíram diretamente na alteração do ambiente lagunar, devido, além da construção dos diques, ao impetuoso avanço de suas propriedades, o que tornou uma grande área da Lagoa ocupada por pastos e canaviais.

Dentre essas áreas anexadas pelos fazendeiros, muitas eram consideradas – em função da constituição do solo, da vegetação e da profundidade – ideais para a execução das principais técnicas de pesca efetuadas na Lagoa Feia.

Um bom exemplo disso é a recorrente utilização da *minjoada* – técnica também conhecida localmente como *rede-de-espera*.

Com as peças de rede devidamente posicionadas, o pescador pode voltar para a terra, retornando à Lagoa vinte e quatro horas depois, a fim de conferir o resultado do empreendimento. Este período entre uma saída e outra é considerado limite para que o pescado não apodreça na própria rede. O ciclo geralmente é realizado da segunda-feira até o sábado – o que não implica que o pescador não possa também pescar em dia de domingo.

As posições das redes podem ser constantemente modificadas de acordo com o resultado da pescaria. Por maior que seja o conhecimento do pescador, entretanto, este sabe que o seu êxito utilizando esta técnica não depende apenas da escolha de um bom local para as suas peças-de-rede. De todos os tipos de pescaria de rede, talvez seja a *minjoada* aquela em que o fator da *incerteza* se faz mais presente, pois depende do movi-

mento constante dos peixes, por toda parte, na Lagoa Feia. Caso isto não ocorra, a possibilidade do fracasso é iminente.

Os pescadores dizem que, embora sabendo dos riscos, optam pela técnica por considerá-la mais adequada às atuais condições ecológicas da Lagoa Feia. À diferença da *trolha* e do *lanço*, onde os pescadores precisam ficar de pé dentro da Lagoa, a *minjoada* é se adapta melhor às águas profundas. Não é, no entanto, considerada pelos pescadores de Ponta Grossa como sendo a mais “refinada”.

As intervenções sanitárias colaboraram, portanto, para a ampliação das propriedades rurais limítrofes à Lagoa, de forma que a área desta foi drasticamente reduzida. Os pescadores viam, e ainda vêem, entre as obras empreendidas pelo DNOS e a ampliação da agropecuária na região um consórcio que ocorria contra sua atividade.

De modo semelhante, o desacordo entre o calendário considerado ‘natural’ pelos pescadores e a portaria nº. 71 do IBAMA acaba por gerar uma relação conflituosa entre estes atores sociais, pois os pescadores não entendem o período de suspensão da pesca como algo plenamente legítimo e, por isso, acabam sendo reprimidos pelo IBAMA quando são pegos na prática de sua atividade durante o defeso.

Cabe ressaltar ainda, que ao longo das últimas décadas, as usinas canavieiras da região realizaram o despejo de vinhoto nos afluentes da Lagoa. A fiscalização do IBAMA tardou em efetuar a inibição de tal atividade, o que fez com que os pescadores se sentissem, mais uma vez, lesados, pois o vinhoto causava pequenas mortandades periódicas na Lagoa. Isso parece causar nos pescadores uma sensação de que, novamente, as intervenções governamentais ocorrem contra seus interesses e a favor dos agropecuaristas da região.

Sendo assim, as políticas públicas na Lagoa Feia foram sempre marcadas por um sentimento de desconfiança dos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos em relação às agências governamentais.

Considerações finais

As iniciativas governamentais, tanto do DNOS quanto do IBAMA, sempre foram orientadas de forma a atingir fins nobres: a melhoria da qualidade de vida do homem, no primeiro caso, e a preservação do meio ambiente, no segundo.

No caso do DNOS, o que se apresentava era uma cosmovisão antropocêntrica, onde as reformas empreendidas na natureza visavam o aperfeiçoamento do capital humano nacional. Assim, a natureza era algo que deveria ser controlada, racionalizada e transformada em função do *welfare* e do progresso da população brasileira. Ao executar suas obras de macro-drenagem, o DNOS colocava em prática algo que ia além da construção e retificação de canais: a efetivação de um projeto de desenvolvimento nacional.

A atuação do IBAMA, por sua vez, apresenta uma outra perspectiva, onde a preservação da natureza constitui o principal objetivo a ser alcançado. O foco é uma apropriação racional dos recursos naturais, de modo que as gerações futuras possam vir a usufruir deles. Estabelece-se, dessa forma, um outro projeto, onde os recursos naturais são entendidos eles próprios como *bens nacionais*.

Neste sentido, enquanto na perspectiva do DNOS a alteração da natureza era uma etapa necessária para garantir boas condições para a vida humana, a visão do IBAMA era a de que tais condições só poderiam ser atingidas através da preservação da natureza. Temos, pois, duas agências governamentais que atuaram, em diferentes momentos, com preceitos distintos: o DNOS de um ponto de vista antropocêntrico cujo principal capital era o próprio homem; e o IBAMA com uma orientação que, podemos dizer, pelo menos algumas vezes, apresentou a preservação da

natureza como sua principal preocupação, em detrimento da participação e interação que nela, e com ela, efetuam os seres humanos.

Os resultados obtidos, apesar das boas intenções, não foram sempre satisfatórios, pois as intervenções governamentais esbarraram em peculiaridades locais. O DNOS conseguiu atingir o objetivo de eliminar a incidência das doenças que assolavam a região. O que não conseguiu, todavia, foi efetuar todas as obras que planejou, pois encontrou a resistência dos pescadores locais, que chegaram até a interromper o trabalho das dragas do DNOS, já que imaginavam que as obras efetuadas por estas levariam ao dessecamento da Lagoa.

O IBAMA tem conseguido difundir entre os pescadores uma série de idéias que enfatizam a necessidade de preservação dos recursos naturais; sua fiscalização sobre a exploração do ecossistema da Lagoa Feia tem sido intensa, embora a suspensão da pesca no período de defeso não atinja plenamente o objetivo de garantir a reprodução de todas as espécies íctias, mas apenas de parte delas.

Além disso, o IBAMA encontra a resistência dos pescadores na aceitação de suas normas, pois estes não concordam que o período de defeso, estabelecido na Portaria nº. 71, seja *correto* para todas as espécies, o que faz com que a atuação do órgão se assemelhe, muitas vezes, mais a repressão de sua atividade do que a preservação de seus próprios interesses.

Enfim, o que parece ter ocorrido na Lagoa Feia, tanto no caso do DNOS quanto no do IBAMA, foi mais uma repetição da fábula oriental já utilizada, em estudos relacionados ao impacto de intervenções governamentais sobre populações ditas tradicionais, por George Foster (1964) e Arno Vogel juntamente com Marco Antonio da Silva Mello (1989):

Certa vez um macaco e um peixe foram colhidos por uma grande enchente. O macaco, ágil e experiente, teve a boa sorte de trepar a

uma árvore e salvar-se. Olhando lá embaixo as águas turbulentas, viu o peixe debatendo-se contra a corrente rápida. Movido por um desejo humanitário, estendeu a mão e tirou o peixe da água. Com surpresa para o macaco, o peixe não ficou muito agradecido pelo auxílio. (*apud* Foster 1964:13)

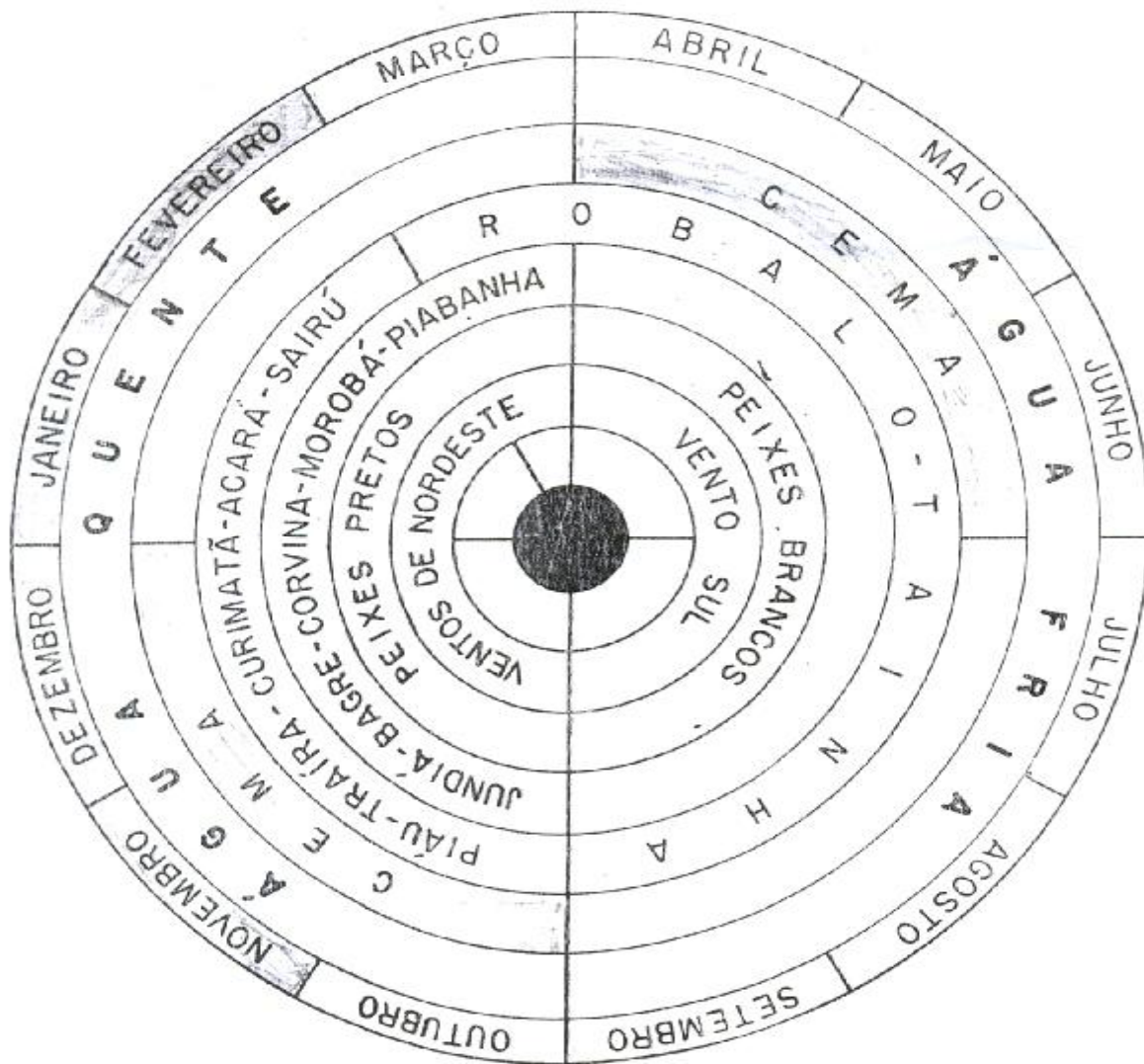
Bibliografia

- AZEVEDO SILVA, F. L. de. 1955. *Terra fluminense* Rio de Janeiro: Editora Gráfica Laemmert Limitada.
- BATES, Marston. 1960. *A floresta e o mar: uma análise da economia da natureza e da ecologia do homem*. São Paulo: Fundo de Cultura.
- BIDEGAIN, Paulo (ed.). 2002. *Lagoas do Norte Fluminense perfil ambiental*. Rio de Janeiro: SEMADS.
- BRASIL, MINTER. 1989. *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Organização Básica – IBAMA*. Brasília: IBAMA.
- CASTRO FARIA, Luiz de. 2000. "Pescadores e pescarias." In *Antropologia – escritos exumados 2: dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói: EdUFF.
- _____. *Os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos: um estudo de morfologia social* (título provisório). Originais disponíveis no acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/CNPq), no Observatório do Valongo, Rio de Janeiro/RJ. [inédito]
- FOSTER, George M. 1964. *As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- GUIDI, Maria Lais Mousinho. 1962. "Elementos de análise dos 'Estudos de Comunidades' realizados no Brasil e publicados de 1948 a 1960." *Revista Educação e Ciências Sociais*, 10(19):45-87.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. 1945. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: IBGE/ Conselho Nacional de Geografia.

- LEITÃO, Wilma Marques. 1997. *O pescador mesmo: um estudo sobre o pescador e as políticas de desenvolvimento da pesca no Brasil*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Belém: UFPA.
- LOBATO, Monteiro. 1968. *Mr. Slang e o Brasil e problema vital – vol. VIII*. São Paulo: Brasiliense.
- MELLO, Marco Antônio da Silva & VOGEL, Arno. 2004. *Gente das areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro*. Niterói: EdUFF.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. 1942. *Brasil: recursos e possibilidades*. Rio de Janeiro.
- PENNA, Belisário. 1918. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes.
- PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. 1945. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional do Rio de Janeiro.
- SOFFIATI, Aristides Arthur. 1995. *Perspectivas para a história ambiental na ecorregião Norte-Noroeste Fluminense entre os séculos XII e XX*. Dissertação de mestrado em História. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ.
- SOMBART, Nicolaus. 1955. "Einige entscheidende Theoretiker: Henri de Saint-Simon und Auguste Comte." In WEBER, Alfred (Hrsg): *Einführung in die Soziologie*. München: Piper.
- VARGAS, Getúlio. 1938. *A nova política do Brasil III*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- VOGEL, Arno & MELLO, Marco Antonio da Silva. 1989. "O experimento de Tobiki: algumas reflexões sobre a didática magna da prosperidade." *Fórum Educacional*, 13(1-2):3-25.

ANEXO

Diagrama do calendário da pesca na Lagoa Feia elaborado por Luiz de Castro Faria



Recebido em março de 2006

Aprovado para publicação em julho de 2006